



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação e a Agricultura



A FAO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Introdução

Na última década, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) vem desempenhando um papel cada vez mais importante na coordenação política e diplomática entre os seus Estados Membros, bem como na cooperação para o desenvolvimento, áreas cruciais para a segurança alimentar e nutricional (SAN). Grande parte dos integrantes da CPLP desenvolveu estratégias nacionais de SAN com o apoio da FAO e por meio de trocas entre os países. Essas estratégias basearam-se em uma abordagem intersetorial, com participação social. Entretanto, apesar da mudança de paradigma e dos avanços iniciais, sua implantação ainda é um desafio a ser construído em muitos países.

Esses foram alguns dos desafios e pontos iniciais que levaram à negociação, à elaboração e à aprovação da Estratégia Regional da CPLP para a Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN), cujo objetivo é intensificar a cooperação entre os Estados Membros, para a governança de suas políticas setoriais e programas que afetam a SAN. Essa estratégia é baseada no direito humano à alimentação adequada (DHAA) e prioriza os pequenos agricultores.

Após a adoção da Estratégia Regional da CPLP para a Segurança Alimentar e Nutricional, durante a Cimeira de Maputo, em julho de 2012, a FAO assumiu o compromisso de apoiar os membros da CPLP nas seguintes áreas principais:

1. estabelecimento e fortalecimento dos Conselhos Nacionais para a Segurança Alimentar e Nutricional;
2. apoio a mecanismos de coordenação para SAN com a participação de organizações da sociedade civil, do setor privado e outros agentes relevantes;
3. desenvolvimento da agricultura familiar e da aquicultura;
4. intermediação de canais de informação para educação sobre alimentação e nutrição;
5. atualização de planos de investimentos, políticas e estratégias nacionais existentes para a SAN.

Nesse contexto, a FAO e a CPLP uniram esforços para lançar a implantação de atividades em âmbito nacional, regional e mundial.

A FAO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)



Organização das Nações Unidas
para a Alimentação e a Agricultura

Roma, 2014

Um Programa de Cooperação Técnica para a CPLP

A FAO e a CPLP prepararam um Programa de Cooperação Técnica (PCT) que se concentra no apoio da organização à CPLP e a seus governos, parlamentos e parceiros não governamentais para a implantação da ESAN, em prol do estabelecimento de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa sem Fome. O PCT funciona como uma estrutura na qual os países da CPLP centralizam todos os esforços para políticas e planos, bem como as iniciativas de agentes não ligados ao Estado voltadas para a erradicação da fome em geral.

Ativo desde fevereiro de 2014, o PCT trabalha em conjunto com o Secretariado Executivo da CPLP, com a Assembleia da CPLP e com os mecanismos institucionais do CONSAN no fortalecimento de suas capacidades para implantar a estratégia regional, aprimorando os programas e mecanismos institucionais existentes, aumentando o engajamento dos interessados, criando lições a serem aprendidas e compartilhadas com outras regiões e países. Isso será alcançado promovendo-se vínculos entre iniciativas regionais, subregionais e nacionais e trocas entre os países, particularmente com diferentes modalidades de cooperação (Sul-Sul, Norte-Sul e Triangular).

O PCT promove a criação de Frentes Parlamentares regionais e nacionais contra a Fome e Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ampliando a participação da base com a criação e o fortalecimento de redes de interessados que irão influenciar os processos de governança sobre segurança alimentar e melhorar o entendimento coletivo sobre segurança alimentar, nutricional e o direito à alimentação. Esse documento considera os diferentes contextos para equilibrar as atividades em âmbito regional e nacional. As medidas de âmbito nacional serão voltadas especialmente para os PALOPs e para o Timor Leste.

Além disso, o PCT cria sinergias com a parceria aberta entre a União Africana e a FAO para “perspectivas novas e unificadas para acabar com a fome na África”, bem como o “Desafio Fome Zero” e as iniciativas mundiais de nutrição do Secretário-Geral da ONU, como o movimento SUN e a parceria com o REACH.

Após a assinatura do projeto em março de 2014, a Força Tarefa do PCT foi estabelecida em abril de 2014. O Secretariado Executivo da CPLP, de sua parte, designou Manuel Lapão, Diretor de Cooperação da CPLP, como coordenador do projeto.

Elaboração de um estudo sobre “A Governança do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional e o Papel da Agricultura Familiar nos Países da CPLP”

A FAO elaborou um estudo sobre “A Governança do Estado da Segurança Alimentar e Nutricional e o Papel da Agricultura Familiar nos Países da CPLP”, que analisa oportunidades e desafios ligados ao funcionamento e à futura criação de Conselhos Nacionais para a Segurança Alimentar e Nutricional, considerando a implantação do direito humano à alimentação adequada (DHAA), com atenção especial à participação dos agricultores familiares.

Criação de um Grupo de Trabalho da CPLP sobre Agricultura Familiar

A primeira reunião do Grupo de Trabalho da CPLP sobre Agricultura Familiar foi realizada em Brasília, no Brasil, de 27 a 29 de maio de 2014, com a participação de Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e de membros da Plataforma da Sociedade Civil da CPLP. Os principais resultados da reunião foram: (i) adoção das regras de funcionamento do Grupo de Trabalho, a serem submetidas ao CONSAN-CPLP para aprovação; (ii) elaboração do plano de trabalho proposto; (iii) elaboração dos termos de referência propostos para um estudo sobre agricultura familiar nos estados membros da CPLP; (iv) aprovação de uma declaração, que contém recomendações para os estados membros.

Campanha “Juntos contra a Fome na CPLP”

A Estratégia Regional da CPLP para a Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN) é voltada para componentes institucionais e normativos, bem como projetos e atividades para promover a disponibilidade, o acesso e a utilização de alimentos. Entretanto, faltam recursos financeiros para que algumas dessas iniciativas e atividades estratégicas sejam implantadas. Além de outros mecanismos e parcerias que a CPLP está implantando para mobilizar recursos, a FAO sugeriu à CPLP o desenvolvimento de uma iniciativa do tipo “TeleFood” para angariar recursos.



Cerimônia de Assinatura do Programa de Cooperação Técnica assinado por José Graziano da Silva, Diretor Geral da FAO, e Murade Isaac Miguigy Murargy, Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na sede da FAO, março 2014. ©FAO/Alessia Pierdomenico

Com o apoio institucional da FAO e a assistência da FAO Portugal, a CPLP vem desenvolvendo uma campanha para angariar fundos, a “Juntos Contra a Fome (JCF) na CPLP”, que conta com muitas iniciativas.

Lançada oficialmente no dia 20 de fevereiro de 2014 pelo governo de Moçambique, em Maputo, a JCF na CPLP tem realizado diversas atividades nos Estados Membros, como o apoio de figuras públicas e celebridades, exposições de arte, eventos do setor privado, jantares beneficentes, sensibilização da mídia (TV e imprensa) etc.

A campanha promoverá atividades de mobilização de recursos envolvendo celebridades com o objetivo de coletar fundos para a implementação de projetos nos países da CPLP de acordo com as prioridades estabelecidas na Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional.

ATIVIDADES EM ÂMBITO NACIONAL

Em 2013, a FAO investiu nos Estados Membros da CPLP do continente africano e em Timor Leste cerca de USD 14 milhões em atividades relacionadas aos 5 compromissos assumidos em 2012 durante a Cimeira da CPLP realizada em Maputo, Moçambique. Em 2014, os investimentos chegam a USD 9 milhões apenas no primeiro semestre do ano.

A estratégia de atuação da FAO nesses países da CPLP buscou, por um lado, fortalecer os mecanismos de governança da segurança alimentar e nutricional, através do fortalecimento e/ou estabelecimento de espaços de coordenação e do apoio técnico para a atualização ou criação de legislações e marcos normativos que orientem as ações relacionadas à SAN.

Por outro lado, apoiou o fortalecimento da agricultura familiar e da aquicultura como pilares da segurança alimentar desses países e estimulou ações de educação nutricional, principalmente através da alimentação escolar, conectando, sempre que possível, a demanda nutricional com a produção da agricultura familiar.

Neste sentido, os principais processos e políticas públicas nacionais apoiados pela FAO nos países são:

Em **Angola**, a revisão do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o desenvolvimento de um programa nacional de desenvolvimento da agricultura familiar (2015-2019); a implementação da Estratégia de Sustentabilidade de Longo Prazo da Pesca e Aquicultura (2025); a ampliação do sistema de extensão rural e de pesquisa agropecuária no país; bem como a ampliação para o nível nacional da experiência de educação nutricional com base em estratégias de alimentação escolar advinda principalmente da produção de jovens formados pelas escolas agrícolas.

No **Cabo Verde**, o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com representação de organizações da sociedade civil; a revisão da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2014-2016; a elaboração do Programa Nacional de Investimentos em Agricultura com o objetivo de implementar a Política Agrícola Comum da ECOWAS e NEPAD; a elaboração do marco conceitual do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com base na experiência do Programa de apoio à Segurança Alimentar e Nutricional nas Escolas, liderado pela FAO, com forte componente de educação nutricional; a introdução da tilápia e a capacitação de equipes nacionais em aquicultura.

Na **Guiné Bissau**, o desenvolvimento da Política Nacional de Nutrição; o estabelecimento da Agência de Coordenação para a Segurança Alimentar e Nutricional e Promoção do Direito Humano à Alimentação; a coordenação do Grupo de Segurança Alimentar e Nutricional, com o envolvimento dos diferentes Ministérios e atores não governamentais; a revisão do Programa Nacional de Investimento Agrícola; a revisão da Lei de Terras e dos seus regulamentos para promover a governança responsável do seu uso e propriedade; e a implementação de projetos e atividades de apoio ao desenvolvimento agropecuário e da aquicultura.

Em **Moçambique**, a elaboração da Lei de Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional; a elaboração do Plano Nacional para Investimento no Setor Agrícola; a revisão de médio prazo da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a elaboração do Estatuto da Secretaria Técnica de Segurança Alimentar e Nutricional; a elaboração do Programa Nacional de Alimentação Escolar e a implementação de sua primeira etapa; a capacitação de agricultores familiares em técnicas pós-colheita e boas práticas nutricionais, através de 500 Escolas Agrícolas; a implementação de ações de educação nutricional, incluindo programas de educação nutricional em escolas primárias e a capacitação de parlamentares e autoridades locais em segurança alimentar e nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada.

Em **São Tomé e Príncipe**, o processo de implementação do CAADP e o desenvolvimento de atividades para promover a educação nutricional e programas de alimentação escolar.

No **Timor Leste**, a formulação do Plano Nacional para alcançar Fome Zero em 2025; o processo de preparação do Plano de Ação do KONSSANTIL (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional); a revisão da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e atividades de apoio à agricultura familiar e para o desenvolvimento da aquicultura.

Angola

Por uma solicitação oficial para prestar assistência a fim de fortalecer a coordenação dos governos e a participação social no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza, a FAO intermediou a organização de dois Fóruns Nacionais sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar, que foram realizados pelo governo de Angola, com a participação de organizações da sociedade civil, associações e organizações de produtores, o meio acadêmico, pesquisadores, instituições, organizações internacionais de desenvolvimento, a mídia, cooperativas e grupos parlamentares. As recomendações resultantes reafirmaram a importância da agricultura familiar como a base da estrutura agrária angolana e ressaltaram a necessidade de a FAO prestar assistência técnica e treinamento às organizações da sociedade civil para a participação social, e ao governo de Angola para o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSAN) e a revisão do Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional. Uma nova missão de assistência técnica da FAO/Cooperação Brasileira está programada neste contexto para o fim de agosto/início de setembro de 2014.

Em consonância com esse processo, e dentro da celebração do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014, a FAO está prestando assistência à Angola para a organização de uma oficina sobre “Agricultura Familiar e sua contribuição para a Segurança Alimentar Sustentável em Angola”, a ser realizada em setembro de 2014. Na perspectiva da Cooperação Sul-Sul, a oficina será uma oportunidade de troca de experiências e lições aprendidas pelos membros da CPLP em áreas de coordenação governamental e participação social, especialmente em termos de coordenação intersetorial e mobilização de interessados, inclusive da sociedade civil, na operacionalização dos órgãos de governança da ENSAN e na intensificação dos investimentos no setor agrícola.

As novas prioridades do setor agrícola em Angola estarão voltadas para a agricultura familiar nos próximos anos, especialmente o apoio às mulheres do campo. No contexto da Cooperação Sul-Sul, a FAO, junto com a Cooperação Brasileira, está prestando orientação ao Ministério da Agricultura para estabelecer um programa nacional para o desenvolvimento da agricultura familiar em curto e médio prazos, de 2015 a 2019.

O subsetor da aquicultura vem ganhando importância em Angola e vem sendo orientado por uma Estratégia de Sustentabilidade de Longo Prazo da Pesca e da Aquicultura, até 2025. Nesse contexto, desde junho de 2014, a FAO vem prestando assistência técnica específica em apoio à aquicultura, com o objetivo de valorizar este subsetor na promoção da agricultura familiar, redução da insegurança alimentar e luta contra a pobreza.

A FAO, em parceria com o governo de Angola e a ONG internacional “People In Need”, está implantando um projeto de “alimentação escolar” na província de Bié, valorizando os produtos agrícolas locais. Essa experiência inovadora será reproduzida nacionalmente.

No contexto da parceria com os Ministérios da Agricultura, Saúde e Educação e, em especial, com os governos das províncias, a FAO vem divulgando informações sobre educação nutricional decorrentes de experiências positivas do programa Escola de Campo para Agricultores, implantado em Bié e Huambo, em canais de comunicação públicos e privados.

A fim de aprimorar o sistema de extensão e pesquisa agrícola em Angola, o Ministério da Agricultura, junto com a Cooperação Brasileira e a FAO, está implantando um projeto para reforçar programas de pesquisa do Instituto de Pesquisa Agrícola e do Instituto de Pesquisa Veterinária.

A Parceria Renovada para uma Abordagem Unificada para Acabar com a Fome na África é uma iniciativa que vem em boa hora para intensificar e agilizar os esforços de Angola para alcançar suas metas de erradicação da fome e da pobreza até 2025. Desde maio de 2014, a FAO tem prestado assistência técnica específica para a implantação do plano de ação e do roteiro específico elaborado para este objetivo em janeiro de 2014. Esses esforços aparecem em políticas e programas iniciados pelo governo, agora resguardados no Plano Nacional de Desenvolvimento, de curto e médio prazo.

Cabo Verde

A pedido do Ministério do Desenvolvimento de Cabo Verde, a FAO prestou assistência técnica para intensificar a governança da segurança alimentar e nutricional, promovendo debates e parcerias na área de segurança alimentar, além de aumentar a eficiência e a eficácia da participação social. Assim, foi estabelecido o Conselho Nacional para Segurança Alimentar e Nutricional, CONSAN, em Cabo Verde, em novembro de 2013. O Conselho é formado por seis membros que representam organizações da sociedade civil.

Uma oficina sobre o Fortalecimento da Sociedade Civil foi realizada para integrar o CONSAN em abril de 2014.

Atualmente, a FAO é a Agência Coordenadora do programa conjunto de “Apoio à segurança alimentar e nutricional nas escolas”, o primeiro programa conjunto do país. Foi realizada uma reunião com todos os parceiros em 2012, alinhando a estrutura de intervenção à estrutura conceitual do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O papel da agricultura familiar recentemente passou a fazer parte da agenda nacional. Sua importância foi reconhecida na revisão da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o período de 2014-2020. A revisão, que contou com assistência técnica e financeira da FAO, incorporou componentes de direito à alimentação adequada, agricultura familiar e nutrição.

Em parceria com o INDP e a UniCV, com apoio técnico e financeiro da FAO, as intervenções foram iniciadas na aquicultura, com a introdução da tilápia em Cabo Verde.

Plataformas nacionais do setor público e privado receberam treinamento em aquicultura e aquaponia, formando uma equipe nacional que foi qualificada para conduzir todo o processo no futuro, garantindo a sustentabilidade das intervenções.

Dentro do programa conjunto de “Apoio à segurança alimentar e nutricional nas escolas”, liderado pela FAO, um dos componentes priorizados é a educação sobre alimentação e nutrição, incluindo creches para fins educacionais, orientadas aos alunos do ensino básico e a toda a comunidade educacional. O objetivo é fornecer uma refeição balanceada na escola, com foco na higiene alimentar. Para isso, foram conduzidos programas de treinamento voltados para toda a comunidade educacional, abordando os tópicos de alimentação e boas práticas de higiene na manipulação de alimentos.

Um programa abrangente de informação e comunicação sobre dieta saudável e balanceada foi elaborado dentro da estrutura do mesmo programa conjunto, com a divulgação de guias de procedimentos padrão de funcionamento, que têm o objetivo de prestar informações detalhadas sobre todos os procedimentos de higiene e manipulação de alimentos. Esses guias já foram distribuídos e disponibilizados nas escolas.

Cabo Verde apresentou seu Programa Nacional de Investimento em Agricultura, com a assistência técnica da FAO, voltado para a implantação da Política Agrícola Comum da CEDEAO e da NEPAD.

A FAO financiou a revisão da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar, que se concentra especialmente no direito humano à alimentação adequada (DHAA), reconhecendo o papel da agricultura familiar na segurança alimentar e nutricional. Atualmente, a proposta é conduzir estudos para criar a lei sobre o DHAA, a ser enviada à Assembleia para ser reconhecida na Constituição.

Também foi elaborado um Plano de Ação Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional, para o período de 2014 a 2016, com o apoio técnico e financeiro da FAO.

Guiné-Bissau

A FAO está apoiando o estabelecimento e a operacionalização de uma Agência Coordenadora para a Segurança Alimentar e Nutricional e a Promoção do Direito à Alimentação, como parte da implantação do programa de Direito à Alimentação e Coordenação da Segurança Alimentar e Nutricional na Guiné-Bissau.

Atualmente, a FAO preside o Grupo para Segurança Alimentar e Nutricional, que reúne os principais participantes (organizações de produtores, ministérios técnicos, instituições de pesquisa e treinamento, ONGs e associações de desenvolvimento, a sociedade civil, o setor privado, parceiros técnicos e financeiros) que trabalham na segurança alimentar e nutricional na Guiné-Bissau. Este Grupo serve de estrutura para o debate de questões relacionadas às políticas, estratégias e intervenções sobre segurança alimentar e nutricional, a fim de contribuir da melhor forma para a coordenação e a efetividade das respostas adequadas e sustentáveis à insegurança alimentar e à desnutrição na Guiné-Bissau.

É prestada assistência técnica para a implantação de um projeto de apoio ao Desenvolvimento da Orientação Agrícola, para a promoção da agricultura familiar na Guiné-Bissau. O projeto está sendo finalizado e prevê o desenvolvimento da legislação e de uma lei agrícola.

A FAO auxiliou o governo da Guiné-Bissau na preparação de um plano operacional para o desenvolvimento sustentável da aquicultura. Durante a oficina final do projeto, realizada em maio de 2013, o Plano Operacional foi aprovado pelas autoridades nacionais.

Com assistência técnica da FAO, foi elaborado um projeto para o Desenvolvimento da Aquicultura Sustentável na Guiné-Bissau. O objetivo geral é contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza nas áreas rurais e nas periferias, com o aumento sustentável da produção de aquicultura no país. O projeto foi enviado ao Comitê da União Econômica e Monetária (UEMOA), para solicitar financiamento e implantação.

Em outubro de 2013, o Departamento de Pesca e Aquicultura da FAO, em colaboração com o Ministério da Pesca e Recursos Pesqueiros, organizou uma oficina sobre a prática da aquicultura como um negócio na Guiné-Bissau. Nos dias 9 e 10 de julho de 2014, a FAO possibilitou a organização de uma oficina para o desenvolvimento de capacidades para Jovens e Mulheres da Guiné-Bissau, sobre questões referentes à segurança alimentar e oportunidades de emprego na aquicultura.

A representação da FAO fez um apelo para que a Guiné-Bissau fizesse parte dos países beneficiários do projeto “Aquicultura e mandioca como fonte de emprego para jovens” na África Oriental, financiado pelo Fundo Fiduciário de Solidariedade Africana.

A FAO prestou apoio técnico e financeiro para a revisão do Programa Nacional de Investimento Agrícola (PNIA), que foi aprovado em dezembro de 2013. Esta revisão leva em conta as recomendações da revisão técnica independente, que prioriza a inclusão de novas questões (gênero, mudanças climáticas, nutrição, resiliência e gestão de risco de desastres).

A FAO participou da elaboração de uma Política Nacional de Nutrição, adotada pelo governo em fevereiro de 2014, e vem participando da elaboração do Plano Estratégico de Nutrição Multisetorial, em andamento, que destaca as prioridades, os objetivos, os eixos estratégicos, as atividades, a estrutura institucional para coordenação, os recursos e os planos de avaliação e monitoramento comuns para reforçar a nutrição na Guiné-Bissau.

A FAO vem prestando apoio técnico e financeiro para a revisão das leis e regulamentações da terra, para a promoção da governança responsável da posse de terra.

Moçambique

A FAO apoiou a preparação e a aprovação do Estatuto Orgânico do Secretariado Técnico para a Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) e suas Regras de Funcionamento Interno nacionais e de cada província.

A FAO apoiou a organização de reuniões do Comitê sobre Desenvolvimento Rural e Agrícola com o SETSAN, para intensificar a coordenação da agenda de SAN.

Foi feita a coordenação com a Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e no Caribe, para viabilizar a participação de parlamentares de Moçambique. O objetivo é criar uma Frente Parlamentar para a SAN em Moçambique, como parte dos esforços para estabelecer uma Frente Africana e da CPLP para a SAN nos próximos anos. O Presidente da Comissão sobre Agricultura, Economia e Meio Ambiente (CAEA) citou esse como um dos seus compromissos após o Fórum Parlamentar Latino Americano, realizado em setembro de 2013, do qual ele participou com o apoio da FAO.

A FAO apoiou a Criação do Movimento das Mulheres Camponesas em Moçambique (MMMR), estabelecido em maio de 2014 com apoio da FAO, para promover a participação das mulheres na agenda nacional de SAN e dentro da CPLP.

Em parceria com a Cooperação Austríaca e a Universidade Eduardo Mondlane, foi organizado um seminário para promover o diálogo sobre o setor da agricultura familiar, que emprega 80% da força de trabalho do país. O seminário possibilitou a participação de 100 representantes de associações de agricultores e produtores, do setor privado, do meio acadêmico, da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e agências da ONU.

Através da Parceria Esforços Renovados contra a Fome Infantil (REACH – Renewed Efforts Against Child Hunger), a FAO apoiou o estabelecimento de uma plataforma do setor privado para o Movimento “Scaling Up Nutrition”.

Com 500 Escolas de Campo para Agricultores em várias províncias do país, os pequenos agricultores estão recebendo apoio para empregar técnicas aprimoradas de agricultura e pós-colheita e melhores práticas de nutrição. Também estão sendo preparados termos de referência para que uma consultoria elabore um estudo sobre a caracterização da agricultura familiar em Moçambique.

Para promover canais de informação para educação sobre segurança alimentar e nutricional, as seguintes iniciativas receberam apoio:

1. implantação da plataforma SKAN-CPLP, que tem o objetivo de promover a troca de conhecimento e tecnologia entre profissionais que trabalham no setor agroalimentar;
2. a elaboração e a atualização de um estudo de base sobre segurança alimentar e nutricional;
3. treinamento de parlamentares, governadores e gestores sobre segurança alimentar e nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA);
4. implantação de Programas de Educação sobre Nutrição para escolas primárias nos distritos.

Foi prestada assistência técnica para a elaboração dos seguintes itens: (i) Leis sobre Agricultura e Segurança Alimentar e Nutricional; (ii) Plano Nacional para Investimento no Setor Agrícola (PNISA); (iii) revisão intermediária da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II); (iv) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE) e a implantação da fase piloto.

Países de Língua Portuguesa



São Tomé e Príncipe

A FAO apóia a implementação do processo da CAADP em São Tomé e Príncipe e o desenvolvimento de atividades de promoção da educação nutricional e programas de alimentação escolar.

São Tomé é um beneficiário do recente programa do Fundo de Solidariedade para a África Central em projetos de horticultura. As cidades de Guadalupe e Santo António foram identificadas para a implementação do programa em São Tomé.

Timor-Leste

Após o lançamento do Desafio Fome Zero pelo Primeiro-Ministro do Timor-Leste, Sr. Xanana Gusmão, em janeiro de 2014, foi formulado um Plano Nacional de Ação (PNA) para Alcançar a Fome Zero no Timor-Leste até 2025, sob a liderança do governo do Timor-Leste, em parceria com a UNCT e apoio técnico da FAO. Após consultas extensivas envolvendo diferentes setores, uma matriz de resultados foi elaborada e endossada por Mariano Assanami Sabino, Ministro da Agricultura e Pesca e Presidente do KONSSANTIL (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). O documento estabeleceu uma base sólida para a finalização do Plano de Ação, a ser lançado na Cúpula de Nações de Língua Portuguesa, no Timor-Leste, em 23 de julho de 2014.

A FAO prestou assistência técnica às seguintes atividades de apoio à agricultura familiar e desenvolvimento da aquicultura: (i) reforço à segurança alimentar e nutricional, através da promoção da agricultura de conservação e outras medidas de adaptação às mudanças climáticas; (ii) aumento da sensibilização e capacitação para reduzir as perdas pós-colheita em cadeias de horticultura; (iii) formulação de um projeto de promoção da “climate smart agriculture” para a redução de risco de desastres e segurança alimentar; (iv) identificação e formulação de práticas de adaptação às alterações climáticas no sector da pesca e da aquicultura; (v) a implementação de um projeto para o desenvolvimento do setor de coco como fonte de subsistência para o setor rural.

A Política de Segurança Alimentar foi desenvolvida em 2005 e, desde então, uma série de mudanças foram realizadas, incluindo mudanças nas prioridades do governo. Levando em consideração as mudanças e as oportunidades crescentes de hoje em Timor-Leste, o governo solicitou apoio técnico da FAO para rever a política. O documento da Política Nacional de Segurança Alimentar foi finalizado e está sendo traduzido para o idioma local.

Próxima fase de colaboração

O trabalho dos últimos anos contribuiu para que hoje os países da CPLP tenham mecanismos institucionais e experiências de políticas públicas e programas para eliminar a fome e efetivar o direito humano à alimentação adequada.

Considerando esse conjunto de mecanismos, no próximo período uma das principais contribuições da FAO será apoiar os países e a CPLP para que essas diferentes experiências possam ser compartilhadas e aproveitadas da melhor maneira de acordo com as prioridades e realidades de cada um dos seus Estados Membros, consolidando estratégias de Cooperação Sul-Sul. Também deverá colaborar para que as experiências de políticas públicas e programas de segurança alimentar e nutricional existentes possam ganhar maior escala.

Neste sentido, algumas questões que a FAO tem percebido como componentes centrais para a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural da Comunidade, cuja assistência técnica pode ser oferecida à CPLP nos próximos anos são:

- reforçar a implementação da EASN- CPLP
- sustentabilidade dos sistemas de produção e dos mecanismos nacionais de segurança alimentar e nutricional;
- políticas públicas para a agricultura familiar e estabelecimento de registros e critérios nacionais para sua identificação;
- vínculos entre produção e nutrição, ampliando os programas de alimentação escolar e a participação da agricultura familiar na oferta de alimentos.

Durante a X Conferência de chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Díli no dia 23 de julho de 2014, a FAO apresentou seus principais resultados em relação aos 5 compromissos assumidos em 2012 durante a Cimeira de Maputo. Na Declaração de Díli, os Membros reafirmam o compromisso com a implementação de EASN-CPLP e destacam o apoio dos países da CPLP às diretrizes implementadas pela atual administração da FAO em prol da erradicação da fome e da pobreza, recomendando a sua continuidade nos próximos anos, de modo a lograr êxito na consolidação de seus objetivos.



**Organização das Nações Unidas
para a Alimentação e a Agricultura**

Viale delle Terme di Caracalla
00153 Roma, Itália

Tel: (+39) 0657051
e-mail: FAO-HQ@fao.org

www.fao.org
© FAO, 2014